

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 788.669 - RS (2015/0247028-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA**
ADVOGADO : **GUSTAVO DAL BOSCO - RS054023**
ADVOGADOS : **PATRICIA FREYER E OUTRO(S) - RS062325**
 GABRIEL LOPES MOREIRA E OUTRO(S) - RS057313
AGRAVADO : **JOZILDA BERENICE FOGACA LIMA**
ADVOGADOS : **GABRIEL DINIZ DA COSTA - RS063407**
 NÁDIA MARIA KOCH ABDO - RS025983
 DANIEL BOSCHETTI - RS044487

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i*) não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados;
- ii*) inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de dispositivo constitucional;
- iii*) inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de resoluções e portarias;
- iv*) incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ;
- v*) Súmulas 282/STF e 211/STJ;
- vi*) deficiência de fundamentação (Súmula 284/STF);
- vii*) Súmula 518/STJ;
- viii*) Súmula 83/STJ (descaracterização da mora, abusividade de encargos, juros remuneratórios, compensação de valores e repetição de indébito).

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices:

- i*) inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de dispositivo constitucional;

ii) inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de resoluções e portarias;

iii) deficiência de fundamentação (Súmula 284/STF);

iv) Súmula 518/STJ;

v) Súmula 83/STJ (descaracterização da mora, abusividade de encargos, juros remuneratórios, compensação de valores e repetição de indébito).

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora